

O SUBÚRBIO E A PERIFERIA: UM NOVO OLHAR DO ESPAÇO A PARTIR DE MARX, HENRI LEFEBVRE E JOSÉ DE SOUZA MARTINS

William Héctor Gómez Soto

O trabalho proposto pretende discutir a influencia que a noção de reprodução das relações de produção de Henri Lefebvre e de Marx exerce sobre a interpretação de José de Souza Martins, um dos mais importantes sociólogos brasileiros, acerca da vida cotidiana. Na sua análise Martins mostra o pobre poder explicativo do “conceito” de periferia e o confronto com o conceito de subúrbio. É a partir desta perspectiva que é possível construir um novo olhar da espacialidade e, sobretudo um novo modo de pensar a cidade.

Influenciado por Henri Lefebvre, Martins dá atenção ao que está na margem, o que aparece despercebido, oculto: é o caso do subúrbio, esquecido e substituído pela noção de periferia.

Nascido em 16 de junho de 1901, na comuna francesa de Hagetmau, no departamento de Landes, na França, Henri Lefebvre morreu em 29 de junho de 1991 pouco depois do seu nonagésimo aniversário. No fim da sua vida, Lefebvre nos surpreende ao se perguntar: “Devo continuar o meu combate pela teoria? Por vezes, pergunto-me se não perdi o meu tempo”. Para alguns podem parecer palavras desoladoras e inexplicáveis, mas elas expressam a consciência do fim do caminho, da sua obra concluída e as amarguras do trajeto espinhoso de uma luta praticamente solitária contra o dogmatismo. Para ele o marxismo devia ser superado dialeticamente, utilizando o próprio método de Marx.

Henri Lefebvre é um dos mais importantes marxistas contemporâneos e sua original contribuição para o pensamento social, ainda está para ser devidamente reconhecida. Suas idéias têm sido escassamente difundidas no meio acadêmico brasileiro e em alguns casos sua obra tem sido objeto de leituras reducionistas ou ainda esterilizadas eliminando o fundamental: a dialética como método de investigação e de análise. Muitas vezes alguns divulgadores o definem ora como sociólogo urbano, ora

como filósofo e sociólogo rural. Portanto no sentido inverso da sua crítica contundente à especialização do conhecimento e às ciências parcelares, mesmo assim seu pensamento tem influenciado geógrafos e especialistas urbanos, sociólogos, cientistas políticos, filósofos e críticos literários.

José de Souza Martins nasceu em São Caetano, São Paulo em 1938. Licenciou-se em Ciências Sociais na USP onde também culminou mestrado em Sociologia, em 1966 e doutorado, também em Sociologia, em 1970. Martins ingressou como docente na USP no início da década de 70 e em 1992 fez a Tese de Livre Docência, tornando-se professor associado do Departamento de Sociologia da USP. Em 1976 foi visiting scholar do Center of Latin American Studies da Universidade de Cambridge, onde foi eleito fellow de Trinity Hall e titular da cátedra Simón Bolívar. Foi assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos anos 70 e 80. Fez parte do Conselho Editorial, junto com Florestan Fernandes e Jaime Pinsky, de várias revistas, dentre as quais se destaca *Debate & Crítica*, que mudou de nome para *Contexto*, devido à censura, e foi publicada de 1973 a 1978. Desde 1996 é membro da Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão.

Suas obras principais são: *Conde Matarazzo - o empresário e a empresa* (1967), *A imigração e a crise do Brasil agrário* (1973), *Capitalismo e tradicionalismo* (1975), *Sobre o modo capitalista de pensar* (1978), *O cativo da terra* (1979), *Expropriação e violência* (1980), *Os camponeses e a política no Brasil* (1981), *A morte e os mortos na sociedade brasileira* (1983), *A militarização da questão agrária no Brasil* (1984), *Não há terra para plantar neste verão* (1986), *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República* (1986), *Caminhada no chão da noite* (1989), *Subúrbio* (1992), *A chegada do estranho* (1993), *Massacre dos inocentes* (1983), *O poder do atraso* (1994), *(Des)figurações – a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole* (1996), *Exclusão social e nova desigualdade* (1997), *Fronteira* (1997), *A sociabilidade do homem simples* (2000) e *Reforma agrária – o impossível diálogo* (2000), *A sociedade vista do abismo* (2002), *O sujeito oculto* (2003), *Sociabilidade do homem simples* (2008), *A aparição do demônio na fábrica – origens do eu dividido no subúrbio* (2008)

O conceito de reprodução das relações de produção se encontra na obra de Marx e praticamente permaneceu esquecido e pior ainda incompreendido. Lefebvre chama a atenção sobre a relevância desta noção. Pretende-se discutir a influência do marxismo de Lefebvre em Martins para construir uma interpretação criativa da sociedade brasileira.

Lefebvre se pergunta: por que somente no fim da sua atividade teórica Marx compreende que existe o problema da reprodução das relações capitalistas de produção? E ainda: por que esse conceito ficou desconhecido por muito tempo e só tardiamente foi descoberto?

A estas duas questões de Lefebvre poderia se adicionar mais uma. De que forma a descoberta deste conceito traz um novo olhar sobre as contradições da sociedade brasileira. É precisamente sobre esta questão que trata este texto.

A noção de subúrbio de Martins contém uma nova concepção de espaço, uma nova sociabilidade, onde ocorre a ruptura e a transição para a modernidade da cidade. O subúrbio representa o ser dividido entre o urbano e o propriamente rural. Um conceito que não teve até hoje relevância no mundo acadêmico e foi substituído pela noção de periferia que é seu contrário. Na periferia se concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra. Como disse Martins “a periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização”.

Subúrbio na sua definição corrente, isto é geográfica, refere-se às áreas que circundam as áreas centrais dos aglomerados urbanos. Derivada da palavra inglesa *suburb*, que literalmente significa “sub-cidade”. No subúrbio, a população ali localizada ainda carece de infra-estrutura básica. Porém, no subúrbio brasileiro podem ser identificados enclaves das camadas ricas. Exemplo disso é a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e Alphaville em São Paulo.

A verdade é que o uso indistinto dos termos de subúrbio e periferia fez seus conteúdos confusos. Pior ainda, a utilização destes dois conceitos como expressão

negativa em oposição ao centro, ao urbano e à cidade, os tornou vazios, perdendo sua capacidade explicativa. O máximo que estes dois conceitos conservaram, foram seus significados tipicamente geográficos, como foi mencionado anteriormente. Estes conceitos foram perdendo seus significados na medida em que o centro e o urbano, por eles representados, foram sendo valorizados.

A periferia se define pela sua condição de dependência do centro. O subúrbio seria apenas uma variação da periferia, um pouco mais urbanizada. O conceito de subúrbio se perde, desaparece nas pequenas cidades, aparece como um atributo exclusivo dos centros urbanos complexos. E mais do que isso, o subúrbio representaria a fragmentação e o caos urbano. O subúrbio é um território indefinido e em transição. Um território potencialmente urbano, mas que ainda não o é. Que pode ser ocupado pelo crescimento urbano anárquico ou planejado. O subúrbio é a margem do urbano.

Sem dúvida esta é uma perspectiva descritiva e histórica muito formal, não dialética, trata-se de uma visão reducionista e simplista, a qual não dá conta da complexidade da dinâmica urbana descontínua e fragmentária, tampouco das transformações econômicas e sociais. Em outras palavras, trata-se de uma visão que não explica suficientemente as relações entre economia, sociedade e território.

A perspectiva de análise de José de Souza Martins busca a superação crítica dessa análise simplista e simplificadora. A perspectiva metodológica do sociólogo da USP é tomar como ponto de partida o que está no limite, o que é liminar e o anômalo. Segundo ele, as pessoas que estão no limite têm uma visão crítica, muito diferente daquelas que estão integradas. Por isso, o homem do campo que vive num mundo tradicional, invadido pela modernidade da tecnologia - dividido, portanto - consegue ver o que aquele que está integrado não consegue. Essas pessoas estão no limite, num mundo ameaçado, em processo de destruição.

Esta situação é explicada melhor pelo conceito durkheimiano de anomia social. Segundo Martins, é por isso que a sociologia de Durkheim é fundamentalmente uma sociologia da educação, que aposta na integração da população que vai ficando à margem na medida em que avançam as transformações da sociedade moderna. Em outras palavras, a sociologia da educação pretende superar esses estados de anomia. Diferentemente de Durkheim, Martins centra sua atenção naqueles que estão à margem

do mundo moderno, e retoma o conceito de alienação em Marx, fundamental na sua sociologia.

Os indivíduos não conseguem acompanhar nem entender as transformações sociais, por isso, são alienados. Os indivíduos ficam alienados da riqueza que produzem. O capitalismo coisifica as pessoas, as transforma em objetos. Assim, o grande desafio da sociologia é mostrar essa alienação para que os indivíduos sejam agentes ativos e não apenas passivos depositários das mudanças da sociedade. Sendo sujeitos, os indivíduos podem impedir que as mudanças sociais inevitáveis produzam injustiças.

Para Martins, o subúrbio é uma realidade pouco explicada. Segundo ele, no subúrbio o rural ainda está presente e o urbano nunca se constituiu plenamente.

No centro da análise de subúrbio está sua preocupação em compreender a modernidade da sociedade brasileira, a partir da constituição da cidade de São Paulo.

Na origem do termo há uma clara vinculação entre o desenvolvimento da cidade e o surgimento do subúrbio como conceito. A partir do desenvolvimento da cidade e das atividades urbanas, esta deixa de ser mero apêndice do campo. É o campo que se torna apêndice da cidade. O subúrbio está na transição do campo para a cidade, nele se suavizam as mudanças radicais.

O subúrbio representaria um espaço intermediário entre a cidade e o campo. A este espaço corresponde uma consciência social híbrida e indefinida. Uma manifestação de extremos e desencontros. De um lado o moderno que irrompe, de outro, o antigo e tradicional que ao contrário de desaparecer, permanece e faz parte de uma totalidade. O moderno e o tradicional não são antagônicos, mas se complementam. Esse é o sentido do subúrbio na interpretação de Martins.

É claramente notável a influência de Lefebvre na idéia da reprodução de relações capitalistas. Em Martins esta influência se transfigura e dá lugar para o que ele criativamente chama de reprodução capitalista de relações não capitalistas. Nas palavras de Martins (2008, p. 45) “subúrbio designa a identidade específica de uma realidade espacialmente social entre a roça e a cidade, o produzir e o mandar, o trabalhar e o desfrutar”. Nesse processo de transição para modernidade, a cidade se torna o centro do poder. O subúrbio atenua os contrastes entre o rural e o urbano.

Segundo Martins (2008, p. 49), “a renda da terra, e da terra urbana, constitui entre nós, em nossas cidades, um dos graves fatores econômicos da deterioração das condições de moradia”. A moradia está dissociada do seu verdadeiro valor. O que se paga por ela está relacionado com o tributo pago ao proprietário da terra. É o que se conhece como rentismo parasitário, improdutivo, de um grupo social que se beneficia de fato de ter a propriedade da terra.

Raramente os sociólogos brasileiros se interessaram pelo subúrbio enquanto tema e conceito. Talvez precisamente porque no subúrbio o rural sobrevive. Segundo Martins (2008), mesmo não tendo influência na academia, o subúrbio influenciou notadamente a vida comunitária da população suburbana. Refere-se o autor aos modos de vida comunitária e de cooperação da região suburbana de São Paulo e ainda aos bairros que lhe são próximos.

Nas ciências sociais brasileiras o conceito de subúrbio nunca foi objeto de elaboração teórica e, portanto, nunca foi utilizado para explicar os problemas sociais da sociedade brasileira. O significado que o termo de subúrbio projetou foi o de ser um lugar de vida particular, localizada entre a cidade e o campo.

O conceito de subúrbio, talvez pela falta de atenção dos cientistas sociais, foi substituído, confundido com a noção de periferia. Mais que um conceito científico, a noção de periferia é um produto da ideologia populista. Nesse sentido, a noção de periferia, alimentada pelo próprio subúrbio, permitiu identificar na periferia um lugar distinto do extremo da urbanização degradada, isto é, das habitações precárias, inacabadas, provisórias, da falta de infra-estrutura que surgiu nos anos 60.

Martins tenta desfazer esta confusão entre subúrbio e periferia. Este autor encontra pelo menos uma distinção espacial. No subúrbio, diferentemente da periferia, os lotes são maiores, as casas possuem quintais, sendo isto um resíduo do rural. Ou seja, o rural ainda permanecendo no urbano com as hortas e os galinheiros, o forno de pão e os jardins de flores. Em contraste, a periferia é resultado da especulação imobiliária: as casas pequenas, as ruas estreitas, sem praças e sem plantas, terrenos reduzidos e sujeiras.

É na periferia que se confirma o domínio da renda da terra na cidade e da urbanização, ao mesmo tempo em que é, segundo Martins, o atraso do próprio

capitalismo. A renda da terra como uma forma social atrasada, mas que faz parte da modernidade do capitalismo brasileiro. “A periferia – disse Martins (2008, p. 50), é a designação dos espaços caracterizados pela urbanização patológica, pela negação do propriamente urbano e de um modo de habitar e viver urbanos”. A periferia, enquanto tal se constitui em negação do progresso e a emancipação social prometidos pela modernidade e pela urbanização.

Para o senso comum periferia passou a ser tudo que não é urbano, e o mesmo se deu para o senso comum acadêmico. Sociólogos, historiadores e até geógrafos descuidaram de definir de forma precisa o conceito de subúrbio. Simplesmente aquilo que não é subúrbio é apenas periferia. O subúrbio foi desconsiderado como conceito útil que dá conta de uma problemática social particular. Assim, os cientistas sociais -como disse Martins-, optaram pela noção pobre de periferia.

Martins (2008) insiste na distinção das noções de subúrbio e periferia. Cada uma delas expressa problemas distintos. A noção de periferia nos remete à urbanização caótica e a inclusão social precária. Por sua vez, num sentido oposto, o subúrbio remete ao problema da velhice, das políticas públicas para os idosos. O subúrbio é o espaço do bem-estar, do desenvolvimento social e da revolução cultural.

Segundo Martins (2008), a esquerda não possui uma visão moderna da cidade e por isso fetichiza a periferia, ou seja, cria uma imagem distorcida. Precisamente porque a noção de periferia combina com seu discurso proletarizante. Desta forma, há uma dificuldade muita grande em visualizar o subúrbio como um espaço social distinto da periferia.

O propósito desta distinção entre subúrbio e periferia realizada por Martins - e também sua crítica à ausência de uma visão moderna da cidade por parte da esquerda-, é chamar a atenção sobre a necessidade de levar-se em conta a vida cotidiana, e que a realidade do operário não se esgota na exploração da fábrica. Os estudos da vida cotidiana relegados pela academia limitam a riqueza da vida social do subúrbio. Essa diversidade e riqueza do subúrbio choca-se com as limitadas interpretações que reduzem a realidade a centro e periferia.

Nisso Martins vê o fetichismo do espaço da produção econômica. A produção do social não é levada em conta e, portanto, empobrece o conhecimento da cidade e

desconsidera a dinâmica do processo de reprodução social. Aqui a análise de Martins manifesta a influência de Lefebvre. Para o sociólogo francês a reprodução ampliada do capital também é a reprodução ampliada das contradições sociais.

É interessante destacar que para Martins a mais-valia não apenas é limitada à classe trabalhadora, isto é, o capitalismo não se restringe à classe trabalhadora que produz mais-valia e é privada dela. O capitalismo é mais do que isso: a classe trabalhadora não apenas vive e sofre no e do processo de produção.

Uma parte dessa mais-valia é destinada a determinados benefícios sociais. Essa parte é arrancada aos capitalistas pelas lutas sociais dos trabalhadores que nem sempre lutam por salários. Segundo Martins (2008, p. 54), a cidade e sua monumentalidade e o modo de vida urbano, são parte desses benefícios extra-salariais: nas artes, nos museus, nos teatros, nos concertos, nas bibliotecas, nas universidades, nos recursos do esparecimento, etc”.

É evidente, ou talvez nem tanto, que Martins - influenciado por Lefebvre (1973) - considera o capitalismo uma totalidade nunca acabada, que vai se realizando. É de Lefebvre a crítica da cisão entre o concebido e o vivido. Essa crítica é dirigida contra um duplo terrorismo: o da direita estrutural-funcionalista e o do esquerdismo anarquicante. Porém, essa dualidade que corresponde à emergência da modernidade foi superada, e o conteúdo do trabalho e do produzir perderam sentido. Essa idéia presente em Lefebvre é retomada por Martins, rompendo com a interpretação comum da esquerda a qual se restringe ao espaço da produção e não ao espaço da reprodução das relações sociais.

A crítica de Lefebvre assenta-se na construção do conceito de reprodução das relações sociais capitalistas. Como se verá, este conceito influencia e explica a interpretação de José de Souza Martins e a sua análise do subúrbio e das suas relações com a periferia e o centro, entre a cidade e o campo, entre o urbano e o rural. É no subúrbio que ocorre a reprodução das relações sociais. O essencial, segundo Lefebvre (1973), não é mais a descrição de processos parciais (como o processo da produção material e a sua avaliação quantitativa ou de processos como o consumo de objetos materiais) e sim a análise das relações sociais e a sua reprodução.

As relações de produção não se limitam, na perspectiva de Lefebvre (1973, p. 7), à mais-valia ou ao salário, tampouco à mercadoria ou ao dinheiro, mas às relações entre a terra, o capital e o trabalho a “trindade constitutiva da sociedade capitalista”. Porém, considerar que a reprodução dessas relações ocorre de forma normal e natural é uma ilusão.

A posição de Lefebvre (1973) é distinta da visão comum a certos sociólogos que vêem a reprodução das relações sociais como algo automático, que ocorre por inércia. Nessa visão, vestida com uma linguagem “dialética” o Estado ocupa uma função primordial, a de garantir a reprodução do sistema. Essa ideologia da reprodução inercial do sistema e das relações de produção está associada à idéia da derrubada e do fim do capitalismo.

Em consequência, a reprodução das relações sociais nunca foi objeto de uma análise aprofundada precisamente porque não foi uma preocupação imediata, uma vez que, por um lado as relações se reproduziam automaticamente a partir do Estado capitalista, e por outro, a crise permitia visualizar no horizonte o fim imediato do sistema capitalista.

A reprodução das relações de produção é diferente da reprodução das condições e dos meios de produção e da ampliação (crescimento quantitativo) da produção. Para Marx, segundo Lefebvre (1973), a reprodução dos meios de produção é a continuidade da produção material. Ambas fazem parte de um processo que comporta tanto movimentos cíclicos como lineares. Em Marx, na sua análise do capitalismo se encontram ambas as dimensões analíticas. Quando Marx mostra como se realizam as trocas de mercadorias mediadas pelo dinheiro (M-D-M'), está fazendo uma análise linear. Por sua vez, a dimensão da reprodução das relações sociais é um problema que os marxistas esqueceram, não prestaram atenção pelos dois motivos mencionados anteriormente: a inércia da reprodução das relações sociais e a hipótese da derrubada do capitalismo. Contribuiu para isto a demora da publicação do capítulo VI de O Capital.

Essa dimensão da análise, que Lefebvre (1973, p 8) denomina de cíclica, diferentemente da linear (causa e efeito), se refere àqueles resultados que geram de novo suas condições e razões (ciclos). Desta forma, o modo de produção capitalista se apropria dos resultados da história, subsistemas que surgiram antes do advento do capitalismo. Lefebvre se refere ao mercado e suas redes de trocas, a agricultura, a

cidade e o campo, o conhecimento, a ciência e as instituições científicas, etc. Porém, o capitalismo não é um sistema - não há uma totalidade acabada, formada por partes distintas - mas sim uma formação de conjuntos, com conexões, choques e conflitos, coerências e contradições.

Porém, o capitalismo não é um sistema - não há uma totalidade acabada, formada por partes distintas - mas sim uma formação de conjuntos, com conexões, choques e conflitos, coerências e contradições.

A leitura de Marx feita por Lefebvre e com a qual José de Souza Martins dialoga criativa e criadoramente, pretende recuperar o método dialético. Da análise de Marx interessa mais o método que os resultados, que o conhecimento produzido. Martins lembra disso.

Para os marxistas, a ideologia e a repressão cumpriram o papel de explicar a reprodução das relações sociais, da sociedade capitalista. Porém, Lefebvre (1973) afirma que não pode haver simples reprodução alimentada pela ideologia, ou seja, não ocorre apenas um movimento repetitivo, e sim certa produção de relações sociais. Assim, a ideologia segundo Lefebvre tem servido mais como divertimento que como instrumento de análise crítica. Desta forma, o conceito de ideologia ficou esvaziado e, portanto, esterilizado.

Quando as ideologias são eficazes, se diferenciam muito pouco ou quase nada da prática, isto é, não aparecem como ideologias. As ideologias vinculadas estreitamente a uma prática dissimulam as contradições dessa prática. É o caso da trindade capitalista: terra, capital e trabalho. A ideologia faz aparecer estes três elementos como separados, e cada um destes três fatores recebe um benefício, seja este a renda, o lucro e os salários. Desta forma se esconde, se oculta ou se faz desaparecer a mais-valia.

A contradição centro-periferia é apenas uma das contradições do espaço e não a principal. E mais ainda, está subordinada a outra fundamental que é, segundo Lefebvre (1973), a contradição entre a fragmentação do espaço e a capacidade das forças produtivas e do conhecimento científico de produzir espaços em escala global.

È justamente nesse espaço contraditório, “dialectizado” nas palavras de Lefebvre (1973) que se realiza a reprodução das relações de produção. E ao mesmo tempo é o

espaço que produz a reprodução das relações de produção e introduz contradições múltiplas.

Do ponto de vista metodológico, na análise de José de Souza Martins acerca do subúrbio e suas relações contraditórias com a cidade e a periferia, há uma contradição oculta, idéia presente em Lefebvre e que se refere ao conflito entre “o vivido sem conceito” e o “conceito sem vida”. É a partir do conceito de reprodução das relações sociais de produção que este conflito é superado e resolvido. E ainda esclarece o mal-estar que vive e sente o indivíduo, mesmo os intelectuais e cientistas.

Apesar disso, não são raros os que defendem o vivido sem conceito e o conceito sem vida, que não são outra coisa que fragmentos da consciência de uma situação concreta e contraditória. Em consequência há uma simplificação da realidade. Alimentada ainda pela recusa da esquerda de todo pensamento teórico, pensando que dessa forma estão recusando todas as ideologias. No outro extremo, os cientistas se refugiam no saber epistemológico, ficando assim longe do vivido, encerrados como donzelas no castelo imaginário do saber.

Segundo Lefebvre (1973) a proposição do conceito de reprodução das relações sociais de produção resolve e supera uma contradição presente no pensamento de Marx. Em Marx as relações sociais de produção suportam até certo ponto o avanço e a ampliação das forças produtivas, isto é, a contradição entre a apropriação privada e a socialização das relações. Nesse ponto, quando as relações sociais de produção não correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas surge a necessidade da revolução política. É o momento esperado pelo proletariado para iniciar a transição entre o capitalismo e o comunismo.

É desta forma que os seguidores de Marx, de todos os tipos, imaginavam a derrubada do capitalismo. Marx considerava que o papel da burguesia era fazer crescer as forças produtivas e pensava que os limites do capitalismo são internos e que nenhum modo de produção poderia ser superado sem o máximo desenvolvimento das forças produtivas.

Mas isso não ocorreu e o capitalismo conseguiu atenuar suas contradições internas e continuou a crescer. E isso só foi possível “ocupando o espaço, produzindo o

espaço” (Lefebvre, 1973, p. 21). Nessa perspectiva é que o conceito central em Lefebvre de reprodução das relações capitalista ganha seu pleno sentido.

Ele nota que na região do ABC ocorreu uma revolução cultural que poucos notaram. “A grande libertação social que o subúrbio viveu intensamente, a grande emancipação, foi relativa à reconquista da competência criativa do trabalho intelectual, que a industrialização capitalista havia separado do trabalho manual. A reconquista não se deu, obviamente, na fábrica, no espaço de produzir, e sim nas lutas sociais da classe trabalhadora, no espaço de morar e do viver, como legado dos mais velhos a seus filhos e netos” (Martins, 2008, p 54). A análise de Martins ocorre, influenciado por Lefebvre, o deslocamento da produção como foco, para o espaço como reprodução das relações sociais de produção capitalista.

O trabalhador não é só alienado do mais-valor que ele produz, mas também como afirma Martins (2000) de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de imaginação e liberdade, de prazer no trabalho, de alegria e criatividade, de festa e de privação do lugar que ocupa na história. Esse é o homem comum a que Martins se refere. Alienado de todo. O homem simples alienado das possibilidades anunciadas. Não é outra coisa que expressão da modernidade inacabada.

Então o subúrbio se apresenta em Martins, não apenas como um espaço geográfico distinto da periferia ou a cidade. Muito além dos termos geográficos, o subúrbio aparece como um mecanismo metodológico utilizado por este autor para mostrar que a crítica sociológica deve-se focar na reprodução das relações de produção capitalista que não se esgota na realidade dos salários, da fábrica e do trabalho manual. Ou seja, ir à essência das coisas e não ficar na aparência ou na ilusão das ideologias.

A tentativa de Martins e de Lefebvre é de recuperar o sentido daquilo que perdeu o sentido. Como vimos Lefebvre recupera o sentido da produção, como produção do espaço e da reprodução das relações de produção. Para Martins (2008) trata-se de compreender o todo, as contradições, e, sobretudo o possível e as possibilidades.

Para Martins (2008, p 55) compreender o centro a partir do subúrbio é uma inversão das interpretações correntes sobre o processo histórico, uma nova perspectiva analítica para compreender o todo como “fruto dos resíduos problemáticos de um desenvolvimento econômico e urbano anômalo, carregado de débitos sociais”. O acesso

das populações do subúrbio ao centro funcionava como um direito e como anúncio do historicamente possível. E esse vínculo foi rompido, comprometendo a crítica social. Do que hoje se trata é escrever a história no sentido contrário, isto é, recompor os vínculos entre o real e o possível.

Escrever a história no sentido inverso é considerar que o trabalhador não é apenas vítima do capital que dele extrai a mais-valia, mas como vítima do cotidiano e do repetitivo. Segundo Martins é no subúrbio que a vida desmente a história oficial que ignora o vivido e o viver. Nele são questionadas na prática as ideologias. E o possível tem sentido como revolução da vida cotidiana. Nesta visão de Martins, informada pela contribuição teórica de Lefebvre, conclui que as “revoluções que não reconhecem o cotidiano, o subúrbio e a periferia, são ficções reacionárias e golpistas de uma elite partidária que perdeu (se é que as teve) as raízes, os vínculos constitutivos da identidade de classe” (Martins, 2008, p. 59).

Por sua vez, no discurso dominante na academia e na política, a periferia aparece como efeito negativo do desenvolvimento, como espaço degradado, expressão da pobreza e presente na demagogia de esquerda e direita. A periferia aparece na demagogia e nos discursos dos políticos como lugar dos escolhidos. A periferia é sacramentada. Canonizar a periferia faz parte do caminho para o sucesso político de qualquer candidato. Nesse sentido vale a pena fazer o caminho inverso partindo do subúrbio para o centro e compreender as contradições do espaço como lugar da reprodução das relações sociais de produção capitalista. Nestes discursos a periferia é expressão da pobreza abençoada, como virtude. Mas isto não é outra coisa que a banalização do centro urbano. Enaltecendo a periferia ocorre segundo Martins (1973, p. 60), a destruição simbólica do centro “enquanto núcleo de realização das possibilidades da cultura e a emancipação do homem”.

Para finalizar este trabalho é necessário ressaltar que tanto o subúrbio como a periferia têm sido dois conceitos pobremente trabalhados pela sociologia brasileira. A periferia foi considerada por muitos cientistas sociais como lugar da exclusão social, coisa que nem sempre é. Por isso a periferia tornou-se um conceito vazio de conteúdo, esterilizado e pobre. Igualmente são pouquíssimos os casos em que os cientistas se dedicam ao estudo do subúrbio. Martins é praticamente o único, se não é, é um dos poucos estudiosos que se debruçam sobre as possibilidades do social que se encontra no

subúrbio. Mas sem dúvida Martins é o único que utiliza o subúrbio como um recurso metodológico para entender os graves problemas sociais, a pobreza urbana e a pobreza das interpretações sobre o urbano e seus problemas e contradições.

Referências

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub) urbanos – o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Geografia – Revista da faculdade de Letras. I série, vol. X, XI. Porto, 1994/95 pp. 5-18

LEFEBVRE, Henri. A Re-produção das relações de produção. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha. São Paulo: Hucitec, 1992

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica – origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008